

Eixo-temático: Avaliação em Educação

O SISTEMA DE AVALIAÇÃO DE RENDIMENTO ESCOLAR DO ESTADO DE SÃO PAULO (SARESP) E SUAS IMPLICAÇÕES NO CONTEXTO DE UMA ESCOLA ESTADUAL NO MUNICÍPIO DE OSVALDO CRUZ/SP

Jucirley Cardoso de JESUS – FCT/UNESP (jucirley@hotmail.com)

Resumo

O presente estudo, vinculado à linha de pesquisa “Políticas Públicas, Organização Escolar e Formação de Professores” do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, campus de Presidente Prudente, teve como objetivo investigar e analisar quais as implicações do SARESP no contexto de uma escola estadual no município de Osvaldo Cruz/SP. Para isso, tivemos três eixos norteadores que emergiram dos objetivos específicos da pesquisa, sendo eles, a concepção da equipe escolar sobre o SARESP e a concepção do Estado; as relações entre o SARESP e o trabalho pedagógico, considerando os usos que a equipe escolar faz dos resultados dessa avaliação; e as relações do SARESP e seus resultados com a formação contínua dos gestores e dos professores. Optamos pela pesquisa de abordagem qualitativa na perspectiva do estudo de caso e tivemos como instrumento de coleta de dados o questionário, aplicado aos 26 participantes – 21 professores e 05 gestores – e a entrevista realizada com 02 gestores e com 02 professores. Os resultados indicaram que essa avaliação tem trazido implicações para o contexto da escola, entendidas aqui como movimentos gerados na prática pedagógica dos gestores e dos professores para melhorar o desempenho dos alunos nas provas. Esses movimentos têm como pressupostos a aceitação e a incorporação da responsabilidade pelos resultados do SARESP por esses sujeitos e isso mobiliza e direciona ações em suas práticas para o alcance das metas pré-estabelecidas com vistas à adequação ao padrão de educação de qualidade defendida no discurso oficial que, por sua vez, é associada ao SARESP/IDESP. De forma geral, esses movimentos são gerados por conta da tomada de decisão do Estado constituída, mais fortemente, pelo pagamento do bônus com base no alcance ou não das metas e pela associação dos resultados do SARESP à qualidade de ensino oferecido pela escola.

Palavras-chave: avaliação externa em larga escala, SARESP, implicações para a escola.

Nos últimos anos a área da Educação passou por muitas mudanças, o processo de universalização da escola pública é uma delas e trouxe novos desafios para o contexto educacional no Brasil. Com a expansão do acesso à escolaridade básica, muitos indivíduos que antes não tinham acesso à escola o fizeram e é necessário compreendermos a positividade, mais especificamente, da universalização do Ensino

Fundamental para compreendermos esses novos desafios presentes na área educacional. (OLIVEIRA, 2006).

O primeiro desafio situado após a expansão dessa etapa de escolarização foi o aumento do número de pessoas nas escolas, principalmente, as classes menos favorecidas, pois antes do processo de universalização a escola era apenas para a elite. Houve também a busca por novas etapas de ensino, o Ensino Médio apresentou expressivo aumento no número de matrículas, assim como houve maior procura pelo Ensino Superior. O outro desafio constitui-se na busca pela qualidade na educação que passa a ter lugar de destaque nas discussões educacionais, principalmente no que diz respeito à forma de aferir se um sistema de ensino é de qualidade ou não (OLIVEIRA, 2006). Aliás, a temática sobre a qualidade educacional cada vez mais ganha destaque nas discussões das políticas voltadas para a educação. Isso nos leva a alguns questionamentos: o que seria um sistema de ensino de qualidade? É possível medir qualidade? De que forma?

Esses questionamentos permearam nossa pesquisa e na visão de Oliveira (2006), que assume um ponto de vista histórico para sua análise, foram construídos três significados diferentes de qualidade e em diferentes momentos históricos. O primeiro associado à oferta de oportunidades de acesso à escolarização, o segundo ligado ao fluxo, entendido como o número de alunos que progridem ou não no sistema de ensino e o terceiro assume a ideia de qualidade associada ao desempenho dos alunos em testes que constituem as avaliações externas em larga escala.

Singer (1995) discute duas perspectivas opostas de qualidade de educação: a civil democrática e a produtivista, sendo a primeira centrada no educando com vistas a um processo de formação cidadã e a segunda, com ênfase no mercado e na preparação do indivíduo para o ingresso na divisão social do trabalho.

Nessa mesma lógica, Sanches (1997) estruturou um quadro analítico para situar o conceito de qualidade de ensino, nessa análise a autora elenca as perspectivas científica, racionalista instrumental e crítica. As duas primeiras consideram um ensino de qualidade aquele que tem por base os resultados dos alunos em testes padronizados, enquanto a crítica se opõe a essa concepção, pois é adepta de uma visão humanista da educação e da profissão de professor.

Contudo, nosso referencial teórico (OLIVEIRA, 2006) demonstra que a aferição de qualidade educacional a partir dos resultados produzidos pelos sistemas de avaliação

TAL, F., SILVA, B. e OLIVEIRA, S. Título do relato ou comunicação. **Anais do 3º Congresso Nacional de Avaliação em Educação: III CONAVE**. Bauru: CECEMCA/UNESP, 2014, pp. 2 - no. página final. (ISBN:)

externa em larga escala está se constituindo enquanto principal indicador atualmente. Além disso, esses sistemas estão estabelecendo padrões de qualidade e, por meio das consequências que eles geram – simbólicas e materiais – aos profissionais da educação e instituições de ensino impulsionam a busca pela adequação a esses padrões pré-estabelecidos.

Os sistemas de avaliação externa em larga escala estão sendo estruturados e entendidos como norteadores das ações das políticas públicas voltadas para a educação em âmbito nacional especificamente a partir da década de 1990, embora esse movimento tenha se iniciado anteriormente e se desenhado com o passar do tempo. Atualmente, o Brasil possui sistemas de avaliação externa em larga escala da educação básica de iniciativa federal, estaduais e municipais, os dois últimos “criados à semelhança do de âmbito federal” (WERLE, 2010, p. 31).

Há no discurso oficial desses sistemas a ideia de que são promotores de um ensino de melhor qualidade e esse aspecto gera discussões, muitos profissionais da educação são contrários a essa forma de aferir/indicar qualidade da educação oferecida no interior das escolas, talvez pelas consequências que as avaliações trazem para o contexto escolar e profissional.

A crença em uma educação que tenha como princípio “fazer” e “transformar” sujeitos é o conceito de educação na qual acreditamos que vale a pena lutar. E uma educação que se diga de qualidade tem uma perspectiva que “visa à emancipação dos sujeitos sociais e não guarda em si mesma um conjunto de critérios que a delimite [...] o ensino de qualidade está intimamente ligado à transformação da realidade” (BRASIL, 2012, p. 52). Por isso, o crescente avanço dos sistemas de avaliação externa em larga escala e o anúncio explícito de que são promotores de uma educação de qualidade sempre nos trouxe inquietações enquanto professora de Língua Portuguesa e nos últimos dezoito meses enquanto Professora Coordenadora do Núcleo Pedagógico (PCNP) de Língua Portuguesa na Diretoria de Ensino de Adamantina na rede de ensino paulista. Vivenciamos no “chão” da escola os movimentos e discursos que permeiam o Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP) e isso sempre nos trouxe angústias porque percebemos um grande esforço por parte da maioria das escolas para o alcance de bons resultados SARESP, muitas vezes desarticulados do todo. Daí a nossa motivação para estudar sistematicamente sobre os movimentos e

implicações que o SARESP está trazendo para o interior das escolas¹ e suas possíveis consequências, assim como buscar conhecimento para refletir sobre formas de articular os resultados dessa avaliação externa em larga escala com o projeto pedagógico da unidade escolar, para que o foco nos resultados não obscureça o processo de ensino e as demais finalidades da educação assumida pela instituição de ensino.

Em função disso, julgamos pertinente trazer para nosso estudo o conceito de “Qualidade Negociada” de Bondioli (2004) e discutido por Freitas (2005). Nessa concepção, a qualidade é produto de um processo de discussão e avaliação institucional construído pelos atores da escola coletivamente e tem como referência o Projeto Político Pedagógico da instituição de ensino.

Diante do contexto de implantação e implementação de sistemas de avaliação em larga escala surgiram algumas inquietações, que nos levaram a alguns questionamentos. De forma geral, quais implicações esses sistemas de avaliação em larga escala têm trazido para o contexto das escolas avaliadas? E mais especificamente: Como a equipe escolar tem compreendido essas políticas de avaliação? Quais as implicações que essas avaliações têm provocado no contexto pedagógico das escolas? As escolas fazem algum uso dos resultados dessas avaliações? E quais seriam esses usos? As avaliações externas têm alguma relação ou estão trazendo alguma implicação para o contexto da formação docente?

A partir desses questionamentos surgiu o problema de nossa pesquisa: como os sistemas de avaliação externa em larga escala estão sendo apropriados pelas escolas e quais as implicações que estão trazendo para contexto escolar?

Nosso intuito com esta pesquisa foi compreender os movimentos causados no interior das escolas pelas avaliações externas em larga escala, cada vez mais presentes no cotidiano dessas instituições de ensino, pois nossa hipótese de pesquisa foi a de que elas implicam no contexto das escolas avaliadas. Construímos essa hipótese com base em nossa experiência como professora e PCNP da Rede Estadual de Ensino de São Paulo e também a partir da análise de Freitas (2012b), na qual o autor apresenta formulações a partir das quais se configuram os possíveis impactos que os processos de avaliação externa em larga escala estão gerando no interior das escolas avaliadas.

¹ Temos consciência de que nossa pesquisa retrata apenas uma realidade, pois foi realizada apenas em uma escola, mas é uma amostra do que provavelmente ocorre nas demais, pois o sistema educacional é o mesmo, embora cada escola tenha sua peculiaridade.

Quadro 01: Impactos das avaliações externas em larga escala no interior das escolas

IMPACTO	DESCRIÇÃO
Estreitamento curricular	Avaliações geram tradições. Dirigem o olhar de professores, administradores e estudantes. Se o que é valorizado em um exame é a leitura, a isso eles dedicarão sua atenção privilegiada, deixando os outros aspectos formativos de fora (Au, 2007). Quais as consequências para a formação da juventude?
Competição entre profissionais	A colocação dos profissionais de educação em processos de competição entre si e entre escolas levará à diminuição da possibilidade de colaboração entre estes. A educação, entretanto, tem que ser uma atividade colaborativa. A ação de um professor, não se esgota apenas no tempo em que ele passa com o aluno. Afeta outros professores, pois o aluno é o mesmo. Se um deles destrói a autoestima do aluno, todos serão atingidos por este fato.
Pressão sobre o desempenho dos alunos e preparação para os testes	Premidos pela necessidade de assegurar um salário variável na forma de bônus, os professores pressionarão seus alunos aumentando a tensão entre estes. Premidos pela necessidade de apresentar sua escola como uma boa escola à comunidade, reproduzirão práticas que tenderão a afastar de suas salas e de suas escolas alunos com dificuldades para a aprendizagem. Além disso, proliferam os simulados e a utilização do tempo escolar para preparar o aluno para os testes (Nichols & Berliner, 2007).
Fraudes	Por esta mesma linha de pressão, chega-se à fraude. As variáveis que afetam a aprendizagem do aluno não estão todas sob controle do professor e nem as mais relevantes podem estar sob seu controle. Esta realidade produz um sentimento de impotência que associada à necessidade de sobreviver tem levado à fraude. Multiplicam-se os casos de ajuda do próprio professor durante a realização de exames, quando não a simples alteração da nota obtida pelo aluno em exames (Tucker, 2010) (Georgia, 2011).
Aumento da segregação socioeconômica no território	Estudo do CENPEC (Ernica & Batista, 2011) mostra que com a pressão por desempenho, as escolas podem especializar-se em determinadas clientela de estudantes, sendo deixadas no conjunto do território para a destinação de alunos de baixo desempenho. As escolas vão travando a entrada de alunos de risco e dirigindo-as a outras escolas.
Aumento da segregação socioeconômica dentro da escola.	Não é diferente dentro das escolas. Estas serão levadas a fazer turmas de estudantes que se destaquem no desempenho para que “segurem” a média da escola e o acesso a benefícios. Os alunos com dificuldades vão ser segregados em turmas separadas. A experiência americana não revela que houve uma maior equidade, por exemplo, entre os desempenhos médios dos negros e brancos (Rothstein, 2008).
Precarização da formação do professor.	O apostilamento das redes contribui para que o professor fique dependente de materiais didáticos estruturados retirando dele a qualificação necessária para fazer a adequação metodológica segundo requer cada aluno. Além disso, uma visão pragmatista cada vez mais se instala nas agências formadoras do professor, diminuindo sua formação aos aspectos práticos das metodologias. ONGs como a Teach For América, nos Estados Unidos, formam professores em cinco semanas.
	As pressões sobre o professor terminam obrigando-o a segregar os alunos que estão nas pontas dos desempenhos (mais altos e mais baixos) e concentrar-se no centro, em especial naqueles

Destrução moral do professor e do aluno.	que estão próximos da média, para não caírem abaixo dela e para subirem acima dela. Esta concentração em torno da média penaliza seriamente os mais necessitados (Neal & Schanzenbach, 2010). [...]
Destrução do sistema público de ensino.	O processo de privatização avança com a concessão de escolas públicas para serem administradas pela iniciativa privada (equivalentes no Brasil às OSCIPS) e pela distribuição de vouchers (equivalente ao Pronatec no Brasil) (Parceiros_da_Educação, 2010).
Ameaça à própria noção liberal de democracia.	Para Ravitch (2010), as escolas são um patrimônio nacional público que se for apropriado pela iniciativa privada põe em risco a própria noção de democracia. Somente um espaço público pode lidar com a formação da juventude de forma a atender os interesses nacionais dentro da necessária pluralidade de opiniões existentes no âmbito da sociedade.

Fonte: Elaborado com base no texto de Freitas, (2012b, p. 60).

Considerando as formulações apresentadas pelo autor e o nosso interesse pessoal e profissional pela temática em questão, nossa pesquisa teve por objetivo investigar e analisar quais as implicações do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP) no contexto de uma escola estadual no município de Osvaldo Cruz/SP, ou seja, quais movimentos essa avaliação tem provocado no interior da escola participante da pesquisa.

A pesquisa ainda contou com os seguintes objetivos específicos:

- Identificar e analisar como a equipe escolar compreende a política de avaliação externa do Estado de São Paulo e a concepção do Estado;
- Identificar e analisar quais as relações entre o SARESP e o trabalho pedagógico;
- Identificar e analisar quais os usos que a equipe escolar faz dos resultados do SARESP;
- Identificar e analisar as relações do SARESP com a formação contínua dos gestores e dos professores.

Com o intuito de responder aos questionamentos deste estudo, optamos pela pesquisa de abordagem qualitativa na perspectiva do estudo de caso. De acordo com Chizzotti (2003), esta abordagem implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível. Após a descrição dos dados, analisamos e interpretamos os significados manifestos nas respostas do questionário e da entrevista.

Participaram da pesquisa vinte e seis (26) profissionais da escola, sendo cinco (05) gestores e vinte e um (21) professores. A coleta de dados inicial ocorreu por meio de questionário aplicado a todos os professores e a todos os gestores da unidade escolar.

Na segunda etapa de coleta de dados, realizamos a entrevista semiestruturada com dois (02) gestores e com dois (02) professores, sendo um da disciplina de Língua Portuguesa e outro da disciplina de Matemática. Escolhemos professores dessas disciplinas porque são as únicas que são avaliadas anualmente pelo SARESP. Quanto aos gestores, selecionamos o Diretor e um Professor Coordenador Pedagógico, por terem funções específicas diferentes na gestão da escola.

A unidade escolar que definimos para a pesquisa fica localizada no município de Osvaldo Cruz, na área central da cidade, é de Tempo Integral² e atende neste projeto alunos da Educação Básica do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental Ciclo II. O Ensino Médio, período da manhã, é composto por alunos que não trabalham, ou que trabalham em outros períodos. No período noturno, atende alunos do Ensino Médio que trabalham durante o dia. A escola funciona desde 1950, sendo uma das mais antigas da cidade. Possui professores que atuam na unidade há vários anos, assim como parte da equipe gestora, sendo a maioria, tanto gestores como professores, efetiva e com ensino superior completo (Perfil completo desses profissionais está no Apêndice A). Em 2013, a escola atendeu 277 alunos no Ensino Fundamental e 143 no Ensino Médio.

Em relação ao IDESP, a escola apresentou quedas em 2008 e 2009 e em 2010 passou a fazer parte do grupo de “Escolas Prioritárias” do programa “Educação – Compromisso de São Paulo”. Esse grupo é composto pelas escolas que têm o percentual de alunos no nível de proficiência do SARESP “Abaixo do Básico” em Língua Portuguesa e Matemática³ e essas escolas passam por intervenção, acompanhamento e monitoramento por meio das Coordenadorias e das Diretorias de Ensino.

A escolha da escola se deu por conta desse avanço significativo nos índices das avaliações externas, principalmente pelo contexto do SARESP, assim como o avanço de “Escola Prioritária” para “Emergente”. Esse processo de mudanças no período de 2010 a 2012, provavelmente modificou o andamento da escola, por esse motivo, acreditamos que as implicações da avaliação externa podem aparecer de forma mais latente nesta unidade de ensino.

² Projeto implantado por meio da Resolução SE nº 89 de 9/12/2005.

³ Nessas escolas, o percentual de alunos no nível “Abaixo do Básico” em Língua Portuguesa é $\geq 37\%$ no 9º EF e $\geq 54\%$ na 3ª série EM. Em Matemática, $\geq 46\%$ no 9º ano EF e $\geq 74\%$ na 3ª série EM. O 7º ano EF participa anualmente do SARESP, no entanto, as notas dessa série não são contabilizadas para o cálculo do IDESP. Essas informações foram disponibilizadas pela Diretora da Escola em conversa informal no dia em que realizamos a entrevista, também temos conhecimento com base em formação recebida na Diretoria de Ensino.

Nosso trabalho foi dividido em três capítulos, sendo o primeiro “A expansão do ensino fundamental e médio: conquistas e novos desafios”, nesse capítulo, nosso objetivo foi discutir o movimento de expansão do Ensino Fundamental e Médio no contexto da universalização do ensino público e os novos desafios que esse movimento trouxe para a área educacional. Tivemos como base para essa discussão os trabalhos de Oliveira (2006 e 2007), os quais apresentam os resultados de pesquisa realizada sobre o processo de universalização do acesso à escolarização, além de outros referenciais como Oliveira e Araújo (2005), Pinto e Alves (2010) e Lima (2011) que também abordam a temática em questão. Outro ponto de discussão nesse capítulo é a política nacional de avaliação externa em larga escala, no contexto das Reformas em curso na América Latina. Oliveira (2006) aponta essa política como um desafio educacional atualmente e para essa discussão nosso referencial teórico foi composto por Krawczyk (2002), Freitas (2013), Gatti (2013), Paz (2011), Horta Neto (2007), Bauer (2006 e 2011), Bonamino e Souza (2012) entre outros que também foram citados no trabalho para respaldar nossa discussão sobre a temática em questão. Também permeia esse capítulo discussão sobre a temática da qualidade educacional, tendo como referência teórica Bondioli (2004), Freitas (2005), Singer (1996), Sanches (1997) e Oliveira (2006).

No segundo capítulo, nosso objetivo foi destacar e analisar alguns pontos de interesse nas diretrizes da política educacional do Estado de São Paulo no período de 1995 a 2013. Nesse período o Estado passou por cinco mandatos, sendo todos do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) e foi marcado por diversas ações que trouxeram mudanças significativas no campo educacional. Nossa atenção foi direcionada para os aspectos que têm alguma relação com a constituição e a implementação da política estadual de avaliação externa em larga escala. Também fizemos uma análise da trajetória do SARESP e as mudanças significativas em sua constituição e finalidades, para isso, nos pautamos na legislação educacional e nos estudos de Bauer (2006) e Abdian; Oliveira; Jesus (2013).

No terceiro e último capítulo, apresentamos a análise dos dados coletados na pesquisa empírica. Nossa análise foi dividida em três subcapítulos, sendo eles: “A concepção dos gestores e dos professores sobre o SARESP e a concepção do Estado: uma reflexão necessária”; “O SARESP e suas implicações no contexto pedagógico da escola: planejamento, ações e possíveis consequências”; e “Formação Contínua dos gestores e dos professores e o SARESP: relações e articulações”.

Os resultados da pesquisa indicaram que as políticas educacionais do Estado de São Paulo têm caminhado nos preceitos da lógica da Reforma Educacional em curso na América Latina e o SARESP tem se constituído, no decorrer de seu processo de implementação, como principal instrumento de avaliação e controle dessas políticas e vem transferindo a responsabilidade pela tomada de decisão em relação aos seus resultados para os educadores e unidades escolares, deixando o Estado na posição de controle enquanto Estado-avaliador.

De modo geral, a pesquisa indicou que o SARESP, juntamente com as consequências que o permeiam (IDESP/Bonificação por resultados) tem trazido implicações para o contexto da escola. **Essas implicações configuram-se em movimentos que são gerados no interior da escola na prática pedagógica dos gestores e dos professores para melhor desempenho dos alunos nas provas e para o alcance das metas estabelecidas pelo IDESP.** Esses movimentos foram identificados como a aceitação/incorporação da responsabilidade pelos resultados do SARESP que mobiliza e direciona ações para o alcance das metas pré-estabelecidas com vistas à adequação ao padrão de educação de qualidade defendida no discurso oficial que, por sua vez, é associada ao SARESP/IDESP. Todo esse movimento é gerado por conta da tomada de decisão do Estado que se constitui mais fortemente pelo pagamento do bônus com base no alcance ou não das metas do IDESP e pela associação dos resultados do SARESP à qualidade de ensino oferecido pela escola. Ainda há o aspecto relacionado ao fluxo escolar, o qual nossa pesquisa não abordou, mas acreditamos que também há movimentos em função da aprovação de alunos, esse é um aspecto importante que necessita de estudos, pois envolve o regime de progressão continuada e a avaliação escolar como um todo.

Em relação aos gestores, as implicações constituem-se em acompanhar, orientar e formar os professores para a implementação do Currículo do Estado de São Paulo por esse ser articulado com o SARESP e para o trabalho com foco nas questões de provas anteriores em simulados bimestrais e preenchimento de gabaritos; analisar e direcionar o uso dos resultados da avaliação, pois eles são considerados norteadores e parâmetros para as ações pedagógicas; e o preparo dos alunos para as provas com trabalho de conscientização para a realização das mesmas.

Para os professores, o SARESP implica, conseqüentemente, em implementar o currículo, pois estão sendo orientados e formados para isso pelos gestores e isso envolve

TAL, F., SILVA, B. e OLIVEIRA, S. Título do relato ou comunicação. **Anais do 10 III Congresso Nacional de Avaliação em Educação: III CONAVE**. Bauru: CECEMCA/UNESP, 2014, pp. 2 - no. página final. (ISBN:)

a busca por conhecimentos que permeiam a avaliação externa em larga escala; a análise e o uso dos resultados para o planejamentos de ações, no caso as aulas e avaliações internas, para preparar e melhorar o desempenho dos alunos nas provas do SARESP, o que envolve a mudança de metodologia, que por sua vez, pressupõe formação para tal finalidade.

Dessa forma, também ficou evidente que o SARESP está implicando na formação contínua dos gestores e dos professores na medida em que há uma atenção voltada para essa avaliação externa em larga escala nos principais momentos de formação desses profissionais, seja para compreender a análise dos resultados, o estudo sobre o ensino por competências e habilidades, terminologias específicas do SARESP, elaboração de planos de ação a partir dos resultados e a própria implementação do currículo que é entendida como um dos principais focos para melhores resultados no SARESP. Isto é, nos principais momentos de formação dos gestores e principalmente dos professores, seja na escola, na DE e em cursos oferecidos pela SEE/SP, há uma atenção especial para a avaliação externa em larga escala paulista.

As ações relacionadas ao SARESP e realizadas na escola têm como base os seus resultados, sobre isso podemos dizer que tanto os gestores quanto os professores estão “olhando” para esses resultados e procurando fazer algo para reverter o diagnóstico apresentado. Os dados da pesquisa indicaram que há uma análise coletiva dos resultados do SARESP, tanto os gestores quanto os professores falam em metas, planejamento e plano de ação, entretanto, não há referência de articulação dessas ações ao projeto pedagógico da escola, o que demonstra que todo esse movimento em torno do SARESP é fragmentado das demais ações da escola, inclusive, a Proposta Pedagógica da escola ou o seu Projeto Político Pedagógico não foram mencionados nenhuma vez pelos participantes da pesquisa.

Os resultados da pesquisa nos levam a refletir sobre todo o contexto dos sistemas de avaliação externa em larga escala inclusive sobre essas implicações e suas possíveis consequências no contexto dos sujeitos envolvidos nos processos educativos do sistema público de ensino. Enquanto educadores, não podemos concordar e nem podemos compactuar com a redução de toda a complexidade que compõe o processo de educação escolar de qualidade ao resultado de desempenho de estudantes em uma avaliação externa em larga escala, como está ocorrendo com o SARESP. O fato é que o resultado de desempenho dos alunos nessa avaliação externa em larga escala não pode ser

TAL, F., SILVA, B. e OLIVEIRA, S. Título do relato ou comunicação. **Anais do 11 III Congresso Nacional de Avaliação em Educação: III CONAVE**. Bauru: CECEMCA/UNESP, 2014, pp. 2 - no. página final. (ISBN:)

entendido como único e exclusivo indicador de uma educação de qualidade, eles a compõem, pois uma educação que se diga de qualidade forma seus alunos com domínio de competências básicas de leitura e com capacidade para resolver problemas, mas há outros fatores que envolvem uma perspectiva de educação que visa à formação de sujeitos históricos e emancipados socialmente assim como, à transformação desse sujeito e da realidade na qual ele está inserido, perspectiva essa defendida em nosso estudo.

Nosso referencial teórico (OLIVEIRA, 2006) nos indicou que atribuir um conceito à qualidade educacional não é uma tarefa fácil, há muitas divergências e o único consenso é sobre a falta de qualidade. Nesse sentido, torna-se pertinente a perspectiva da contra-regulação proposta por Freitas (2005) com base no conceito de “Qualidade Negociada” (BONDIOLI, 2004) e que tem como norte a convocação de todos os atores da escola para o processo de transformação social, pois concordamos com o autor que essa proposta pode ser a forma de se fazer alguma diferença na busca por uma educação de qualidade, por meio de uma avaliação institucional aliada a um sistema de monitoramento da aprendizagem dos alunos que possibilite a criação de “condições necessárias para mobilizar a comunidade local das escolas na construção da sua qualidade e na melhoria de sua organização” (FREITAS, 2005, p. 930). E tudo isso, aliado ao Projeto Político Pedagógico da escola com vistas a atingir às finalidades e perspectivas de educação defendidas nesse documento, também construídas coletivamente, as quais acreditamos que não devem ser reduzidas a perspectivas mercantis que reduzem os processos educativos em produto para atender da melhor forma possível ao mercado de trabalho.

Embora os profissionais da escola pesquisada tenham demonstrado aceitação/incorporação do discurso oficial sobre o SARESP, o qual reforça a valorização da avaliação externa em larga escala enquanto instrumento para a tomada de decisão e estarem “pegando para si” a responsabilidade pelos resultados de desempenho dos alunos na lógica desse discurso, foi possível perceber que nas respostas dadas ao questionário e também nas entrevistas que eles têm comprometimento com a aprendizagem dos alunos e com as atividades relacionadas à escola como um todo. Esse aspecto positivo, aliado aos processos já instituídos na escola relacionados com a AAP e sem desconsiderar o sistema de monitoramento externo (SARESP), pode contribuir para a construção dos indicadores fundamentais da natureza da qualidade na perspectiva de

TAL, F., SILVA, B. e OLIVEIRA, S. Título do relato ou comunicação. **Anais do 12 III Congresso Nacional de Avaliação em Educação: III CONAVE**. Bauru: CECEMCA/UNESP, 2014, pp. 2 - no. página final. (ISBN:)

Bondioli (2004) e possibilitar processos de vivências democráticas, pois nessa perspectiva o ensino é entendido como ação moral e considera a autonomia e participação como condições para a qualidade do ensino (SANCHES, 1997).

Dessa forma, a tomada de decisão da escola em relação ao SARESP pode caminhar no sentido de fazer os resultados serem incorporados à prática pedagógica sem serem considerados elementos centrais do processo pedagógico, mas sim incorporados ao processo e articulados ao Projeto Político Pedagógico, pois na busca da qualidade negociada os atores envolvidos têm a possibilidade de refletir sobre de que maneira a avaliação externa em larga escala e seus resultados podem contribuir para a aprendizagem dos alunos e sobre o papel de cada um no contexto da escola.

Acreditamos que a tomada de decisão do Estado em relação ao SARESP e seus resultados precisa ser refletida e reformulada, principalmente os aspectos relacionados à política de Bonificação por Resultados educacionais, a qual teve apenas aspectos negativos ressaltados em nossa pesquisa, tanto no referencial teórico quanto nos dados da pesquisa empírica. Inclusive, as pesquisas relacionadas à temática do SARESP e seus efeitos no cotidiano das escolas também têm demonstrado esses efeitos negativos, assim, cabe aos governantes olhar para essas constatações e estabelecer diálogo com a universidade – responsável por essas pesquisas – e com a escola – que vivencia os efeitos das políticas educacionais – e construir novos olhares sobre a educação de qualidade que se busca no âmbito estadual, qualidade a qual não acreditamos que possa ser expressa apenas em indicadores de desempenho divulgados anualmente.

Por fim, é importante ressaltar a necessidade de novas pesquisas sobre os sistemas de avaliação externa em larga escala e seus efeitos no “chão” da escola, pois as consequências estão se consolidando de forma muito negativa para os profissionais da educação e também para os alunos que são os principais sujeitos dos processos de educação escolar. Aliás, o professor Luiz Carlos de Freitas há tempos vem demonstrando preocupação com a adoção de políticas de responsabilização em seus textos, inclusive em seu Blog “Avaliação Educacional”, e ultimamente tem argumentado sobre a proliferação dessas políticas e suas consequências negativas com o atual PNE combinado com a Lei de Responsabilização Educacional em tramitação no Congresso. Daí a necessidade de estudos e articulação da sociedade civil e da universidade em defesa da educação pública no Brasil.

TAL, F., SILVA, B. e OLIVEIRA, S. Título do relato ou comunicação. **Anais do 13 III Congresso Nacional de Avaliação em Educação: III CONAVE**. Bauru: CECEMCA/UNESP, 2014, pp. 2 - no. página final. (ISBN:)

Referências bibliográficas:

ARCAS, Paulo Henrique. **Implicações da progressão continuada e do SARESP na avaliação escolar: tensões, dilemas e tendências**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

ABDIAN, Graziela Zambão. Escola e avaliação em larga escala: (contra) proposições. In: WERLE, Flávia Obino Corrêa (Org.). **Avaliação em Larga Escala: Foco na Escola**. Oikos; Brasília: Líber Livro, 2010.

ALMEIDA, Maria Isabel de. Formação contínua de professores em face das múltiplas possibilidades e dos inúmeros parceiros existentes hoje. In: BRASIL. Ministério da Educação. **Formação Contínua de Professores. Boletim 13. Agosto 2005**. TV Escola Programa Salto para o Futuro. Disponível em: <http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/150934FormacaoCProf.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2014.

BAUER, Adriana. **Uso dos resultados do SARESP: o papel da avaliação nas políticas de formação docente**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

_____. Formação continuada de professores e resultados dos alunos no SARESP: propostas e realizações. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 809-824, dez. 2011.

_____. É possível relacionar avaliação discente e formação de professores? A experiência de São Paulo. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, 28, n.02, p.61-82, jun. 2012.

BITAR, Hélia. et al. O Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo: implantação e continuidade. **Série Ideias**, São Paulo, n. 30, p. 09-20, 1998.

BONAMINO, Alicia; SOUSA, Sandra Zákia. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012

BONDIOLI, Ana (Org). **O projeto pedagógico da creche e a sua avaliação: a qualidade negociada**. Campinas: Autores Associados, 2004.

BRASIL. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 5.ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara 2010. (Série Legislação) Disponível em < http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb_5ed.pdf >. Acesso em: 16 jun. 2012.

TAL, F., SILVA, B. e OLIVEIRA, S. Título do relato ou comunicação. **Anais do 14 III Congresso Nacional de Avaliação em Educação: III CONAVE**. Bauru: CECEMCA/UNESP, 2014, pp. 2 - no. página final. (ISBN:)

_____. Ministério da Educação. *O PNE na articulação do sistema nacional de educação: participação popular, cooperação federativa e regime de colaboração*. **Documento-referência da CONAE 2014**. Brasília, DF: MEC, 2012. Disponível em: http://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/doc_referencia.pdf
Acesso em: 12 abr. 2013.

_____. Plano Nacional de Educação – PNE/MEC. Brasília, INEP, 2001.

BRUNNER, José Joaquín. Limites de la lectura periodística de resultados educacionales. UNESCO. **Evaluar las evaluaciones: una mirada política acerca de las evaluaciones de la calidad educativa**. Buenos Aires: IPE/UNESCO, 2003, p. 67-84.

CARVALHO, Lilian Rose Silva. **SARESP 2005: as vicissitudes da avaliação em uma escola da rede estadual**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

CIARDELLA, Thaís Monteiro; ABDIAN, Graziela Zambão; HERNANDES, Elianeth Dias Kanthack. Política de avaliação em larga escala e qualidade de ensino: diretrizes governamentais, compreensões e vivências dos profissionais da gestão escolar paulista - . In: Francisca das Chagas Silva Lima; Lucinete Marques Lima; Maria José Pires Barros Cardozo. (Org.). **Políticas educacionais e gestão escolar: os desafios da democratização**. 1ed. Maranhão: EDUFMA, 2012.

CHIZZOTTI, Antonio. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, Portugal, v. 16, n. 2, p.221-236, 2003.

FISCHER, Beatriz T. Daudt. Avaliação da aprendizagem: a obsessão pelo resultado pode obscurecer a importância do processo. In: WERLE, Flávia Obino Corrêa (Org.). **Avaliação em Larga Escala: Foco na Escola**. Oikos; Brasília: Líber Livro, 2010.

FREIRE, P. **Política e educação: ensaios**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Questões de nossa época, v. 23).

FREITAS, Dirce Nei Teixeira de. **A avaliação da educação básica no Brasil: dimensão normativa, pedagógica e educativa**. Campinas: Autores Associados, 2007.

FREITAS, Dirce Nei Teixeira de Freitas. Avaliação da Educação Básica no Brasil: Características e Pressupostos. In: BAUER, Adriana; GATTI, Bernardete A.; TAVARES, Marialva R.(Org). **Vinte e cinco anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil: origem e pressupostos**. Florianópolis: Insular, 2013.

FREITAS, Luiz Carlos de. A avaliação e as reformas dos anos de 1990: novas formas de exclusão, velhas formas de subordinação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 86, p. 133-170, abril 2004. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 03 jan. 2012.

TAL, F., SILVA, B. e OLIVEIRA, S. Título do relato ou comunicação. **Anais do 15 III Congresso Nacional de Avaliação em Educação: III CONAVE**. Bauru: CECEMCA/UNESP, 2014, pp. 2 - no. página final. (ISBN:)

_____ (org). **Avaliação de escolas e universidades**. Campinas: Komedi, 2003. (Coleção Avaliação – Construindo o campo e a crítica).

_____. Políticas públicas de responsabilização na educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 345-351, abr.-jun. 2012a.

_____. Os novos reformadores: o impacto da lógica empresarial na organização escolar. XVI ENDIPE – Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino – Unicamp, Campinas, 2012b.

_____. Qualidade Negociada: Avaliação e Contra-regulação na Escola Pública. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 911-933, Especial, Out. 2005. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 29 nov. 2013.

GANDINI, Raquel Pereira Chainho; RISCAL, Sandra Aparecida. A gestão da Educação como setor público não estatal e a transição para o Estado fiscal no Brasil. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; ROSAR, Maria de Fátima Felix (Org). **Política e Gestão da Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

GARCIA, Teise de Oliveira Guaranha; CORREA, Bianca Cristina. Desafios à democratização da gestão escolar e a atuação dos professores na escola pública. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v.3, n.4, p. 225-237, jan./jun. 2009.

GATTI, Bernardete A. Possibilidades e Fundamentos de Avaliações em Larga Escala: Primórdios e Perspectivas Contemporâneas. In: BAUER, Adriana; GATTI, Bernardete A.; TAVARES, Marialva R.(Org). **Vinte e cinco anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil: origem e pressupostos**. Florianópolis: Insular, 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Ed. Atlas, 2002.

GRACINDO, Regina Vinhaes . Universalização e Qualidade da Educação Básica no Plano Nacional de Educação (PNE) e no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).. In: **60ª Reunião Anual da SBPC, 2008, Campinas / SP. Anais da 60ª Reunião Anual da SBPC**, 2008.

HORTA NETO, João Luiz. Um olhar retrospectivo sobre a avaliação externa no Brasil: das primeiras medições em educação até o SAEB de 2005. **Revista Iberoamericana de Educación** (ISSN: 1681-5653) n.º 42/5 – 25 de abril de 2007

KRAWCZYK, Nora Rut. Em busca de uma nova governabilidade na Educação. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; ROSAR, Maria de Fátima Felix (Org). **Política e Gestão da Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

LIMA, Leonardo Claver Amorim. Da universalização do ensino fundamental ao desafio de democratizar o ensino médio em 2016: o que evidenciam as estatísticas?. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.**, Brasília, v. 92, n. 231, p. 268-284, maio/ago. 2011.

TAL, F., SILVA, B. e OLIVEIRA, S. Título do relato ou comunicação. **Anais do 16 III Congresso Nacional de Avaliação em Educação: III CONAVE**. Bauru: CECEMCA/UNESP, 2014, pp. 2 - no. página final. (ISBN:)

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. **Estado e Política Educacional no Brasil: desafios do Século XXI**. 2006. 161p. Tese [livre-docência] Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ARAUJO, Gilda Cardoso de. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n.28, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782005000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 24 Maio. 2013.

OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de. **Gestão Democrática e Participativa: em busca da ação coletiva**. Unesp; NEaD; Redefor II, 2014. Disponível em: <<http://www.acervodigital.unesp.br/handle/unesp/155278>>. Acesso em: 18 Jul. 2014.

PALMA FILHO, João Cardoso. A política educacional do Estado de São Paulo (1983-2008). **Educação & Linguagem**. v. 13, n. 21, p. 153-174, Jan.-Jun., 2010.

PAZ, Fábio Mariano da. **O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB): um Estudo do Município de Santa Fé do Sul/SP**. 2011. 189 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2011.

PINTO, José Marcelino de Rezende; ALVES, Thiago. Ampliação da obrigatoriedade na educação básica: Como garantir o direito sem comprometer a qualidade? **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 4, n. 7, p. 211-229, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acesso em: 20 Maio. 2013.

PINTO, Marcio Alexandre Ravagnani. **Política pública e avaliação: o Saresp e seus impactos na prática profissional docente**. 2011. 167 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2011.

REVISTA ADUSP. **Entrevista Luiz Freitas**. n. 53. Out. 2012. Disponível em: <http://adusp.org.br/files/revistas/53/mat01.pdf>. Acesso em: 23 out. 2013.

REVISTA AMBIENTE EDUCAÇÃO. **Entrevista com o Prof. Ocimar Munhoz Alavarse**. v. 5 (1), n. 126, p.126-131, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://www.cidadesp.edu.br/old/revista_educacao/9_politicas_publicas_de_educacao.html> Acesso em: 13 set. 2013.

RIBEIRO, Denise da Silva. **Avaliação do rendimento escolar do Estado de São Paulo (SARESP) : a educação a serviço do capitalismo**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

RODRIGUES, Rodrigo Ferreira. **Usos e repercussões de resultados do SARESP na opinião de professores da rede estadual paulista**. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2011.

SANTOS, Almir Paulo dos. Relação ente aluno, avaliação e conselho de classe participativo, instância de reflexão. In: WERLE, Flávia Obino Corrêa (Org.). **Avaliação em Larga Escala: Foco na Escola**. Oikos; Brasília: Líber Livro, 2010.

TAL, F., SILVA, B. e OLIVEIRA, S. Título do relato ou comunicação. **Anais do 17 III Congresso Nacional de Avaliação em Educação: III CONAVE**. Bauru: CECEMCA/UNESP, 2014, pp. 2 - no. página final. (ISBN:)

SÃO PAULO (Estado) Secretaria de Estado da Educação de São Paulo. **SARESP 2002. Conhecendo os Resultados da Avaliação**. Volume 1. Imprensa Oficial do Estado. São Paulo, 2003.

_____. **Comunicado SE 1995**. "Diretrizes Educacionais para o Estado de São Paulo, no período de Janeiro de 1995 a 31 de Dezembro de 1998" (Comunicado de 22/03/95, publicado no Diário Oficial do Estado de 23/03/95).

_____. **A construção da Proposta Pedagógica da Escola - A escola de cara nova: Planejamento**. São Paulo: SE/CENP, 2000. Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/constr_prop_p001-017_c.pdf. Acesso em: 18 abr. 2014.

_____. **Matrizes de Referência para a Avaliação Saresp: língua portuguesa**/Secretaria da Educação; coordenação geral, Maria Inês Fini. São Paulo: SEE, 2009.

_____. **Resolução SE nº 14, de 2002**. Dispõe sobre a realização das provas de Avaliação de Ciclo - SARESP-2001. Diário Oficial Poder Executivo.

_____. Decreto nº 54.297, de 5 de maio de 2009a. Cria a Escola de formação e Aperfeiçoamento dos Professores do Estado de São Paulo e dá outras providências correlatas.

_____. **Resolução SE nº 72, de 2012a**. Dispõe sobre a realização das provas de avaliação relativas ao Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo.

_____. **Resolução SE nº 27, de 1996**. Dispõe sobre o Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo.

_____. **Sumário Executivo Saresp 2011**. v.1. São Paulo, 2012.

_____. **Decreto nº 57.571, de 02 de dezembro de 2011a**. Institui, junto à Secretaria da Educação, o Programa Educação - Compromisso de São Paulo e dá providências correlatas.

_____. **Decreto nº 57. 141, de 18 de julho de 2011b**. Reorganiza a Secretaria da Educação e dá providências correlatas.

_____. **Sumário Executivo Saresp 2007**. v.1. São Paulo, 2008.

_____. **Resolução SE nº 74, de 2008**. Institui o Programa de Qualidade da Escola – PQE.

_____. **Lei Complementar nº 1.078 de 17 de dezembro de 2008a**. Institui Bonificação por Resultados - BR, no âmbito da Secretaria da Educação, e dá providências correlatas.

TAL, F., SILVA, B. e OLIVEIRA, S. Título do relato ou comunicação. **Anais do 18 III Congresso Nacional de Avaliação em Educação: III CONAVE**. Bauru: CECEMCA/UNESP, 2014, pp. 2 - no. página final. (ISBN:)

_____. **Comunicado Conjunto CIMA-CGEB, de 1º-7-2013 - Avaliação da Aprendizagem em Processo – Quinta Edição – Segundo Semestre de 2013 – Avaliação Diagnóstica SAEB - DOE 04/07/13**, p. 51, São Paulo, 2013.

_____. **Programa de Qualidade da Escola – Nota Técnica**. São Paulo, 2014. Disponível em: <http://idesp.edunet.sp.gov.br/Arquivos/NotaTecnica2013.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2014.

_____. **O professor coordenador de apoio à gestão pedagógica (PCAGP) Orientações**. São Paulo, 2014a. Disponível em: <http://www.intranet.educacao.sp.gov.br/portal/site/Intranet/>. Acesso em: 03 jun. 2014.

SINGER, Paul. Poder, política e educação. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, ANPED, 1996.

SOUSA, Sandra Zákia Lian. Avaliação e gestão da educação básica: da competição aos incentivos. In: DOURADO, Luiz Fernandes (Org.). **Políticas e gestão da educação no Brasil: novos marcos regulatórios**. São Paulo: Xamã, 2009. p. 31-45.

SOUSA, Sandra Zákia; ARCAS, Paulo Henrique. Implicações da Avaliação em Larga Escala no Currículo: revelações de escolas estaduais de São Paulo. **Educação: Teoria e Prática**, Rio Claro, SP, v. 20, n. 35, p. 181-199, jul./dez.2010.

SOUZA, Maria Alba de. O Uso dos Resultados da Avaliação Externa da Escola: Relação Entre os Resultados da Avaliação Externa e a Avaliação Interna dos Alunos. In: In: BAUER, Adriana; GATTI, Bernardete A.; TAVARES, Marialva R.(Org). **Vinte e cinco anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil: origem e pressupostos**. Florianópolis: Insular, 2013.

VIANNA, Heraldo Marelim. Avaliação de sistemas e outras avaliações em larga escala. In: FREITAS, Luiz Carlos de (Org.). **Questões de avaliação educacional**. Campinas: Komedi, 2003. p. 147-168. (Série Avaliação: Construindo o campo e a crítica)

VIÇOTI, Marli Aparecida da Silva. **A política educacional da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo no período de 1999 a 2002: possibilidades e limites da autonomia da escola pública**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, 2010.

WERLE, Flávia Obino Corrêa (Org.). **Avaliação em Larga Escala: Foco na Escola**. Brasília: Líber Livro, 2010.

_____. Flávia Obino Corrêa. Políticas de avaliação em larga escala na educação básica: do controle de resultados à intervenção nos processos de operacionalização do ensino. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 769-792, out./dez.2011.